

Democracia cognitivo-digital como princípio orientador de pedagogias decoloniais¹

Bruno dos Santos Joaquim²

Lucila Pesce³

Em toda a América Latina, as ciências sociais passam por transformação decorrente da abertura a novas epistemologias e praxiologias. A ascensão do pensamento decolonial subsidia e encoraja educadores a buscar referenciais diversos para suas práticas político-pedagógicas. Esse movimento cria brechas para que corpos e saberes antes invisibilizados estabeleçam diálogos profícuos na educação. Diante do recrudescimento do autoritarismo em forma de neoimperialismo e colonialismo digital, evidencia-se a necessidade de observar como as pedagogias decoloniais, em sua pluralidade e potencial insurgente, podem produzir epistemologias e praxiologias voltadas à educação para a democracia cognitivo-digital. Assim sendo, **o presente estudo tem por objetivo analisar de que modo o conceito de democracia cognitivo-digital pode se constituir como princípio orientador de pedagogias decoloniais, contribuindo para a formulação de referenciais teóricos e práticos que sustentem processos educativos plurais, emancipatórios e comprometidos com a justiça epistêmica, digital e social.**

Com vistas a favorecer a definição de estratégias e objetivos claros para processos educativos decoloniais, acreditamos ser fulcral o debate em torno do conceito de democracia cognitivo-digital a partir de três dimensões: a) a dimensão teórica, a partir da qual reconhecemos a pluralidade do pensamento decolonial e assinalamos o entrelaçamento das noções de colonialidade do saber (Mignolo, 2003) e de colonialismo digital (Faustino; Lippold, 2023); b) a

¹ Trabalho apresentado no Painel Temático “Epistemologias decoloniais e ciberultura”, do XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cásper Líbero - FCL, realizado nos dias 11 a 13 de novembro de 2025.

² Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UNESP), professor adjunto convidado da Universidade do Algarve. E-mail: brunosjoaquim@hotmail.com

³ Doutora e Mestre em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), com pós-doutorado em Filosofia e História da Educação (UNICAMP), professora associada IV da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), professora credenciada do Programa de Pós-graduação em Educação (UNICAMP), líder do grupo de pesquisa Linguagem, Educação e Comunicação (LEC). E-mail: lucila.pesce@unifesp.br

dimensão praxiológica, a partir da qual analisamos propostas pedagógicas comprometidas com a decolonialidade (Walsh, 2009) e apostamos na difusão de experiências proficuas de promoção de justiça epistêmica, digital e social, do passado e do presente; e c) a dimensão ético-política, a partir da qual assumimos uma postura de defesa intransigente da democracia, a partir do reconhecimento da sua incompletude.

A compreensão acerca da **dimensão teórica da democracia cognitivo-digital** exige-nos uma imersão na produção intelectual do Grupo Modernidade/Colonialidade⁴ e nas Epistemologias do Sul⁵. Autores como Mignolo (2003), Grosfoguel (2016), Santos (2019) e Walsh (2019) analisam a persistência de uma relação de privilégio epistêmico e de inferioridade epistêmica, em que, mesmo após o fim do colonialismo enquanto processo histórico, segue perpetuando e atualizando a autoridade do conhecimento nortecêntrico sobre outros corpos políticos e geopolíticos, detendo, assim, o suposto monopólio da verdade. Deste privilégio deriva um conjunto de mecanismos utilizados para favorecer projetos imperiais, coloniais e cisheteropatriarcais, erguidos sobre a colonialidade do poder, do ser e do saber. O Norte Global, ao monopolizar a legitimação de saberes, continua a definir como universidades e sistemas educativos produzem conhecimento, permeando toda a educação, do currículo à formação docente. Nesse contexto, o giro decolonial propõe um pensamento insurgente transdisciplinar, como força política contra as tendências acadêmicas dominantes, à guisa de alternativas teóricas e práticas para a justiça cognitiva.

Se, por um lado, o pensamento decolonial propõe alternativas epistemológicas e praxiológicas à colonialidade, por outro, recrudescem-se as estruturas de dominação nortecêntricas, ideologicamente vinculadas ao tecnofascismo (Malone, 1998), que operam os códigos algorítmicos das *Big Techs*, em defesa de interesses da extrema-direita. Por essa razão, já não nos parece mais razoável propor uma agenda decolonial para a educação que não esteja articulada ao enfrentamento do colonialismo digital, conceito que nos permite interpretar e enfrentar os modos como as tecnologias digitais engendram opressões das mais diversas ordens,

⁴ O grupo modernidade/colonialidade é uma rede de pensadores latino-americanos que critica a ideia de modernidade como universal, mostrando que ela está intrinsecamente ligada à colonialidade.

⁵ As epistemologias do Sul, formuladas principalmente por Boaventura de Sousa Santos, defendem que os saberes marginalizados pelo colonialismo e pelo capitalismo são tão válidos quanto os saberes hegemônicos.

como a racialização digital, o colonialismo de dados e a intensificação da divisão internacional do trabalho, de modo a perpetuar as condições desiguais de produção, difusão e controle das tecnologias digitais (Faustino; Lippold, 2023). No que se refere à produção do saber, o colonialismo digital não apenas reforça, mas também reconfigura a colonialidade do saber, na medida em que (re)produz um discurso tecnológico supostamente universal, pautado na lógica da inclusão digital, da inovação e da plataformação da educação e da vida. Persiste um “determinismo tecnológico” que sustenta uma visão da tecnologia como elemento determinante da configuração social e cultural (Peixoto, 2015), reproduzido no campo da educação na materialidade das plataformas de aprendizagem.

A **dimensão praxiológica da democracia cognitivo-digital** consiste na difusão e análise das propostas pedagógicas comprometidas com a decolonialidade, sendo fundamental o entrelaçamento de iniciativas de enfrentamento das múltiplas opressões da colonialidade — como epistemicídio, racismo, xenofobia, sexismo, capacitismo, idadismo, LGBTfobia — e de iniciativas de enfrentamento das estruturas de dominação do tecnofascismo, a exemplo do letramento digital crítico (Joaquim, 2023) e do hackerismo (Menezes, 2018). Essa combinação pode apontar para alternativas capazes de mobilizar educadores/as e pesquisadores/as para o enfrentamento da colonialidade, com vistas a construir arranjos que possibilitem pensar a prática pedagógica a partir das epistemologias e praxiologias decoloniais. Em estudo anterior (Joaquim; Pesce, 2025), propusemos o entrelaçamento das propostas de pedagogia decolonial, de Walsh (2009), de pedagogia das encruzilhadas, de Rufino (2018), e da pedagogia *hacker*, de Menezes (2018), que, embora careçam de detalhamento prático, representam apontamentos iniciais de grande valor para a práxis decolonial. Uma importante contribuição para essa dimensão tem sido a compilação e difusão das experiências pedagógicas decoloniais: o estudo de Dias, Oliveira e Abreu (2024) trata dessas experiências a partir de expressões praxiológicas sistematizadas por intelectuais latino-americanos, enquanto a obra de Streck, Moretti e Adams (2019) apresenta um extenso compilado das heranças de fontes pedagógicas latino-americanas, que contribuíram para a rica tradição crítica e emancipatória da educação na região, revelando a matriz autônoma da educação popular.

Por fim, a **dimensão ético-política da democracia cognitivo-digital** envolve o exercício da cidadania e da ação política em favor da garantia de direitos que não se restringem à esfera

política, mas se estendem aos planos participativo, deliberativo, social, econômico, cultural, digital e cognitivo, conferindo ao sistema democrático solidez e legitimidade social. Nesse contexto, esta dimensão da democracia cognitivo-digital pressupõe, primeiramente, o reconhecimento do valor da própria democracia, assim como de sua condição de incompletude. Essa incompletude manifesta-se, por um lado, nas ameaças contemporâneas oriundas do tecnofascismo, expressas na manipulação algorítmica da informação, que erodem a democracia (Miguel, 2025); por outro, na persistência de um modelo democrático centrado em formalidades institucionais, ainda distante da efetiva promoção da justiça social (Bobbio, 1994).

Defendemos, portanto, que a democracia cognitivo-digital, se reconhecida em suas dimensões teórica, praxiológica e ético-político, pode ser compreendida como um princípio orientador para práticas pedagógicas de produção e circulação de conhecimento, pautado na equidade, na pluralidade epistemológica e na participação crítica. Por meio dela, percebemos a possibilidade de promover o acesso democrático à informação e ao conhecimento, de valorizar saberes historicamente marginalizados, de estimular a crítica sobre o impacto das tecnologias na sociabilidade e de integrar a cidadania ao uso ético-crítico das tecnologias, de modo a enfrentar a colonialidade e o colonialismo digital.

Palavras-chave

Pedagogias Decoloniais; Democracia Cognitivo-Digital; Decolonialidade.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, Alder De Sousa; OLIVEIRA, Damião Bezerra; ABREU, Waldir Ferreira De. Pedagogias decoloniais: do giro decolonial latino-americano ao contexto científico brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, [s. l.], p. 1–24, 2024. Disponível em: <https://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/24620>. Acesso em: 21 ago. 2025.

FAUSTINO, Deivison Mendes; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma ética hacker fanoniana**. São Paulo: Boitempo, 2023.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, [s. l.], v. 31,

n. 1, p. 25–49, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003> Acesso em: 20 ago. 2025.

JOAQUIM, Bruno dos Santos. O potencial do letramento digital para a transgressão da colonialidade do saber nos contextos da educação de pessoas jovens e adultas. **Education Policy Analysis Archives**, [s. l.], v. 31, 2023. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/7551/3140> Acesso em 21 ago. 2025.

JOAQUIM, Bruno; PESCE, Lucila. Colonialismo digital e educação: entrelaçamentos de pedagogias decoloniais para a promoção da democracia cognitivo-digital. **Roteiro**, [s. l.], v. 49, p. e35527, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/35527>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MALONE, Michael. **Forget Digital Utopia: We Could be Headed for Technofascism**. 78. ed. [S. l.]: Upside, 1998.

MENEZES, Karina. **Pirâmide da pedagogia hacker = [vivências do (im)possí-vel]**. 2018. 180 f. - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/27168>. Acesso em: 21 ago. 2025.

MIGNOLO, Walter. **Historias Locales / Disenos Globales: Colonialidad, Conocimientos Subalternos Y Pensamiento Fronterizo**. Madri: Akal, 2003. v. 1

MIGUEL, Luis Felipe. A crise da democracia e a nova economia da desinformação. In: MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana (org.). **Democracias em Crise, Teorias em Transe**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2025.

PEIXOTO, Joana. Relações entre sujeitos sociais e objetos técnicos uma reflexão necessária para investigar os processos educativos mediados por tecnologias. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 20, n. 61, p. 317–332, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000200317&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 21 ago. 2025.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. **Periferia**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 71–88, 2018. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/31504>. Acesso em: 22 ago. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

STRECK, Danilo; MORETTI, Cheron; ADAMS, Telmo. **Fontes da pedagogia latino-americana: heranças (des)coloniais**. Curitiba: Appris, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, [s. l.], v. 5, n. 1, 2019. Disponível em: www.siglodelhombre.com. Acesso em: 21 ago. 2025.



XVIII Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura. Faculdade Cáster Libero. De 11 a 13 de novembro de 2025.

